

ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA





CONSELHO EDITORIAL

Antonio Albino Canelas Rubim, Antonio Fausto Neto,
Ciro Marcondes Filho, José Luiz Braga, José Salvador Faro,
Lucia Santaella, Luiz Martins, Muniz Sodré,
Nilda Jacks, Paulo Cunha, Sérgio Capparelli, Vera França

EDITOR DA COLEÇÃO

José Luiz Aídar Prado

© 2000 by Antonio Albino Canelas Rubim

Capa

AREA Comunicação Visual/Márcia Grossmann

Revisão e Preparação de Texto
Eugênio Vinci de Moraes

Catálogo na fonte - Biblioteca Central PUC-SP

Rubim, Antonio Albino Canelas
Comunicação e política/Antonio Albino Canelas
Rubim - São Paulo: Hacker Editores, 2000.

136 pp. 12 x 18 cm

Bibliografia.

ISBN: 85-86179-25-6

1. Comunicação - Aspectos políticos. 2.
Comunicação na política. I. Título II. Série
CDD 302.24

324

2000

Hacker Editores

Fonêfax: (011) 3735-7028

www.hacker-editores.com.br

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	7
<i>Zona de Fronteira</i>	11
Olhares e perigos	11
Nascimento	14
Da política	17
Comunicação e (idade) mídia	26
<i>Comunicação e Política Configuradas</i>	47
Especializações e formatações	47
Adequações	59
Poderes	72
Estratégias	83
Eleições	90
<i>Para Concluir</i>	105
<i>Roteiro de Viagem</i>	109
<i>Bibliografia</i>	115
<i>Índice remissivo</i>	131
<i>O autor</i>	135

INTRODUÇÃO

A relação entre política e comunicação tem se firmado como tema relevante dos estudos contemporâneos. Alguns movimentos, sem dúvida, têm contribuído para a atribuição deste destaque. Um deles é a "revolução" das comunicações desencadeada desde o final do século 19, ampliada durante todo o século 20 e acelerada com a atual convergência entre comunicação, telecomunicações e informática, o que permite antever o século 21 como um tempo de profundas transformações nas comunicações e na sociabilidade. Outro movimento significativo é o das transformações em curso na política, muitas vezes obscurecidas pela chamada "crise da política". Estes movimentos, suas conexões e, principalmente, sua tradução em manifestações e acontecimentos singulares, chamam cada vez mais a atenção da sociedade contemporânea para essa temática. Como não lembrar das discussões ocorridas acerca do debate presidencial entre Kennedy e Nixon nos Estados Unidos; da eleição de Collor no Brasil; da vitória de Berlusconi e de sua Força Itália; da ação político-midiática de entidades tão díspares como os neozapaístas, a Anistia Internacional e o Greenpeace?

Num âmbito mais específico, o tema da comunicação e política, em sua modalidade de comunicação política, aparece como um dos mais analisados desde praticamente os primórdios dos estudos e teorias da comunicação, nos anos vinte e trinta do século 20, tendo participação importante na criação desta área de estudos e teorias. Nesses anos, a temática foi investigada especialmente por cientistas sociais e políticos, além de psicólogos, que buscavam compreender a presença cada vez mais impactante da comunicação midiática na sociedade norte-americana. Não obstante as inúmeras análises feitas durante esse percurso, a novidade e as transmutações em profundidade na relação entre política e comunicação fazem com que o tema continue perpassado por problemas significativos e provoquem até mesmo equívocos relevantes em questões cruciais.

Contemporaneamente, tais problemas e equívocos apresentam-se potencializados através da mediação das novas circunstâncias sociais, nas quais estão sempre mencionados registros como a "revolução" das comunicações e a "crise" da política, conformada hoje no desinvestimento pessoal e social na atuação coletiva como alicerce das decisões públicas, na indiferença, na fragilidade aparentemente inerente à representatividade, no esgotamento das energias utópicas, na emergência de novas modalidades e atores políticos, ainda não plenamente conformados.

A atualidade do enlace comunicação e política – com tudo que isso implica em termos de resignificação temática – pode também ser ressaltada por sua inscrição em um mundo submetido ao neoliberalismo e ao pensamento único, no qual a realização da democracia política e social torna-se sempre problemática e, ao mesmo tempo, cada vez mais necessária, pois da radicalidade do aprofundamento democrático, político e social, dependem a

imaginação e a potência das alternativas societárias que possam ser construídas.

Em um mundo aparentemente sem utopias, o exercício radical da democracia em todos os lugares e instantes reinventa a busca de uma alternativa de sociedade mais humana e expressa uma concepção atualizada da questão do poder e de sua socialização, condição essencial para o estabelecimento de uma sociedade plenamente democrática.

A reviravolta contemporânea na compreensão do conceito de poder, ensejada por diversos autores, igualmente atualiza o tema e reivindica sua revisão em busca dum novo horizonte de sentidos. Michel Foucault, ao afirmar o caráter relacional do poder, agora formulado como relações que se disseminam por toda a tessitura social, como complexa rede de dispositivos e mecanismos da qual nada ou ninguém escapa, tornou possível localizar o poder não em um ponto específico da estrutura societária – por exemplo, o Estado –, pensá-lo não como algo coisificado, objeto que se possui, sem mais. O poder emerge aqui como relação de força, como prática que se exerce em disputa.

O poder aparece então como práticas que se alastram e perpassam todas as relações sociais, ainda que possa se concentrar em determinadas instâncias sociais. Isto possibilita pensar e falar em diversos poderes específicos, tais como o poder político, o poder econômico, o poder militar, o poder simbólico, etc. Em suma, pode-se definir o poder genericamente como capacidade de levar o outro a realizar o que se deseja através da utilização de variados recursos, como faz Nberto Bobbio, e sugerir que dependendo dos recursos mobilizados, se está em diferentes registros de poder. Compreender os atuais poderes da política e da comunicação, suas mutações e conexões, suas inscrições na sociabilidade con-

temporânea, passa a ser algo essencial, até mesmo para uma intervenção, que orientada por um horizonte radicalmente democrático, ganhe efetividade na crítica da sociedade capitalista e na construção de uma sociabilidade mais justa.

ZONA DE FRONTEIRA

OLHARES E PERIGOS

As dificuldades enfrentadas pela análise ficam patentes se visitarmos, ainda que rapidamente, os olhares predominantes acerca da temática. Como ela se encontra em uma recente zona de fronteira, lugar de interação entre áreas disciplinares definidas, esses olhares trazem a marca e o viés de sua origem disciplinar.

Os cientistas sociais e políticos majoritariamente tendem a oscilar entre o silêncio e a atribuição de um estigma de subalteridade à comunicação em sua interlocução com a política. O silenciamento da comunicação significa, sem mais, um não reconhecimento da comunicação, em sua modalidade midiática, como poder que interfere de modo substantivo no jogo político contemporâneo, promovendo alterações. Sidney Kraus e Dennis Davis, em um dos livros que revisitam a literatura existente, anotam, como comportamento predominante nos teóricos da política, a assimilação da comunicação midiática como momento do sistema político, mas sempre disposta em posição secundária. Nessa incorporação sobressaem, de imediato, o caráter instrumental e a subalteridade atribuída. Venício Lima, em texto recente, "Os

mídia e a política", igualmente detectou uma atitude de desprezo dos cientistas sociais e políticos no Brasil acerca do tema e das repercussões políticas da comunicação midiática. No artigo "Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa", publicado na revista *Lua Nova*, ficou comprovado, mais uma vez, o investimento contingente dos estudiosos de política sobre essa temática no Brasil até bem recentemente.

Em flagrante contraste com a situação anterior, esse mesmo artigo constatou uma postura radicalmente distinta dos estudiosos de comunicação e áreas afins no Brasil. A grande atenção dedicada ao tema indicou uma atitude em tudo contrastante com a dos cientistas sociais e políticos. A discrepância não se restringe ao diagnóstico de uma atenção desigual. Certamente ela se processa também em um patamar bem mais relevante: a posição atribuída a cada um dos pares neste território de relacionamento e disputa. Ao contrário da subestimação do papel da mídia, facilmente detectada entre os cientistas políticos e sociais, acontece o inverso entre os estudiosos da comunicação. Nesse registro, a subestimação da mídia convive com afirmações de uma política submetida aos ditames da comunicação, quando não com prognósticos sombrios do tipo fim da política ou sua transmutação em transpolítica, como acontece com diversos teóricos da comunicação e da contemporaneidade, inspirados no pós-modernismo, a exemplo de Jean Baudrillard e Michel Maffesoli. Em perspectiva oposta a anterior, agora se tem uma subestimação, um desprezo mesmo pela política, bem como uma nítida supervalorização da comunicação, em especial da mídia, e suas ressonâncias societárias.

Obviamente, existem várias exceções em ambos os pólos da equação, que buscam uma interação melhor entre os os campos de saber envolvidos na temática, sem apresentar marcas de origem

origem tão pronunciadas, que implicam o desprezo e o desconhecimento da comunicação ou da política, dependendo do ponto de vista acolhido. Um exemplo significativo parece ser Giovanni Sartori, cientista político reconhecido, em especial seu livro *Homo videns*, publicado na Itália, em 1997. A utilização da palavra "parece" nesse contexto adquire sentido, porque a abertura demonstrada pelo autor para a contemporânea temática da comunicação (e da política) termina bloqueada por conceitos prévios, que obstaculizam sua reflexão, como se demonstrará adiante.

À complexidade advinda da novidade da temática e de seu acelerado processo de realização deve ser adicionada sua composição pluridisciplinar que complexifica ainda mais a situação. Como todo saber instalado em zonas fronteiriças de conhecimentos, a temática sofre intervenções frequentes oriundas das teorias de comunicação e das ciências sociais, em especial, dos estudos de política. Tais intervenções, desiguais e discrepantes, produzem complementariedades e, particularmente, um tensionamento que não pode ser esquecido por aqueles que buscam transitar nesse território eminentemente pluridisciplinar.

A rigor, o equacionamento adequado da temática reivindicada não só é um esforço de transitar com desenvoltura nos fluxos e estoques de conhecimentos adquiridos nas diversas regiões envolvidas, mas também um esforço adicional para a superação de preconceitos que obliteram a compreensão. Esta postura implica, em sequência, a não aceitação, sem mais, da dominância permanente de um campo sobre o outro, com base em concepções meramente instrumentais. Antes deve-se propor uma disputa persistente entre a comunicação e a política para assegurar o predomínio de um dos campos sobre o outro. Tal dominância acontece sempre em momentos e circunstâncias determinados, depende dos

campos de força existentes. A assimilação deste caráter de permanentemente disputa não pode, entretanto, obscurecer que o relacionamento do campo da política e do campo da comunicação realiza-se não só como conflito, mas também como complementariedade, como campos que necessitam interagir com o(s) outro(s) campo(s) para se efetivar socialmente.

Além das exigências anteriores, a tematização desta zona de fronteira exige uma necessária revisão da questão do(s) poder(es), tema subjacente e crucial para um equilibrado estudo do diálogo entre política e mídia na atualidade, e a inserção atualizada do tema no contexto da sociedade contemporânea.

NASCIMENTO

Como já se observou antes, os estudos e teorias acerca da temática comunicação e política – em uma acepção mais atualizada, portanto já marcada e perpassada, mesmo de maneira embrionária, pela nova circunstância societária – aparecem em consonância com os estudos e teorias contemporâneas da comunicação. Melhor dito: o estudo da temática encontra-se presente na origem mesma das investigações e teorias da comunicação e se realiza através da atenção dedicada a este novo objeto de estudo por cientistas sociais e políticos.

A maioria dos estudiosos tende a localizar essa origem nos Estados Unidos entre a década de 20 e os anos 30. A emergência dos estudos e teorias da comunicação naquela situação espaço-temporal retém íntima conexão com um elenco articulado de mutações que atingiam a sociedade americana, desde o avanço do desenvolvimento capitalista (oligopolista), da urbanização, até a forte emergência de uma comunicação midiática por meio da

imprensa (desde a fase final do século 20), do cinema (particularmente depois da Primeira Guerra Mundial, com Hollywood à frente), do rádio (nos anos 30 e 40), e, já em período posterior, (anos 40 e 50) da televisão. Os expressivos números desse crescimento avassalador podem ser acompanhados em diversos estudos existentes sobre a comunicação e suas teorias nos Estados Unidos, a exemplo dos trabalhos de Melvin DeFleur.

O desenvolvimento acelerado da comunicação midiática, em meio a esse mutante contexto socioeconômico, produziu certamente um vigoroso impacto societário, estimulando seu estudo com relação às diferenciadas esferas sociais, com destaque para a economia, a educação, a cultura e a política.

A participação distante na Primeira e também na Segunda Guerra Mundial e a situação de certa estabilidade democrática igualmente influíram no surgimento dos estudos e teorias nos Estados Unidos. De um ângulo, porque as guerras debilitaram os outros países e inclusive suas nascentes indústrias de comunicação e de cultura, como ocorreu, por exemplo, com os empreendimentos cinematográficos franceses de Charles Pathé, que detinha a supremacia internacional no cinema antes da Primeira Guerra Mundial. De outra perspectiva, porque a situação de não autoritarismo declarado impossibilitou a escancarada instrumentalização política da mídia, como aconteceu com o fascismo e o stalinismo, além de permitir o estudo desses dois fenômenos cruciais da comunicação e da política no século 20: a utilização intensa da mídia pelos nazistas e pelos comunistas.

Retornando à questão do nascimento dos estudos e teorias e sua conexão com a temática da comunicação e política, podem ser resgatados alguns momentos fundantes, tais como o “debate” entre Walter Lippmann e John Dewey, na década de 20, em torno

da opinião pública, da discussão política, da educação e do papel da comunicação midiática, com a publicação de livros como *Public Opinion* (1922) e *The Phantom Public* (1925), de Lippmann, e *The Public and its Problems* (1927), de Dewey, por coincidência ano da publicação de outro livro inaugurador: *Propaganda Technique in the World War*, de Harold Lasswell. Sintomaticamente em todos estes livros a comunicação comparece entremeadada de problemáticas políticas.

Nas décadas de 30 e 40, anos de expansão e consolidação dos estudos e teorias, a temática continua presente em medida significativa, através de investigações acerca das campanhas eleitorais, da socialização e informação políticas, da propaganda política e da opinião pública. Dalam desse período o Instituto Gallup (1935), inaugurando as sondagens de opinião em perspectiva contemporânea, a revista *The Public Opinion Quarterly* (1937), e os clássicos estudos eleitorais de Paul Lazarsfeld e colaboradores, referentes às eleições acontecidas em 1940, 1944 e 1948, fundamentais como contribuições às teorias da comunicação e para o desenvolvimento dos estudos de comunicação e política. Muitos consideram Lazarsfeld como um dos pais dos estudos norte-americanos.

Como balanço desse período inicial, pode-se constatar facilmente a influência do tema da comunicação e política nos estudos e particularmente nas teorias da comunicação forjadas e então predominantes. A chamada "teoria hipodérmica" ou das "balas mágicas", que supunha uma comunicação quase onipotente, como base em um simples modelo de estímulo-resposta, deve muito aos estudos acerca da propaganda na Primeira Guerra Mundial. Sua "superação", através de descoberta da mediação dos líderes de opinião, na teoria do "duplo fluxo da comunicação", efetuada

por Paul Lazarsfeld, dentre outros, tem uma dívida evidente com os seus estudos eleitorais anteriormente indicados.

Assim, a nova circunstância social que vinha se produzindo na sociedade norte-americana viabilizava a emergência desses estudos e teorias, ainda que também os limitasse, inscrevendo-os quase sempre em uma perspectiva "administrativa", pois pagavam o preço de serem realizados sob encomenda da demanda privada ou estatal, politicamente interessada. Isto e o caráter ainda embrionário da nova sociabilidade limitavam o alcance dos estudos e teorias, quase sempre voltados aos efeitos e aos conteúdos das mensagens, e, por conseguinte, interditavam uma apreensão inovadora do tema da comunicação e política, que rompesse decisivamente com um modelo instrumentalizante, ligado à comunicação política.

Algumas condições e algum tempo tornam-se indispensáveis para que esta ruptura amadureça e aconteça. A instalação em radicalidade da "revolução das comunicações" em suas ressonâncias societárias e a conformação de angulações teóricas, críticas e renovadoras, apresentam-se como requisitos imprescindíveis para a constituição de novos modos de compreender os enlaços entre comunicação e política.

Antes, porém, de analisar a nova circunstância societária e sua conexão com a comunicação, é preciso realizar uma sucinta incursão no campo da política, em especial sobre as mutações ocorridas na modernidade e as perspectivas contemporâneas.

DA POLÍTICA

A circunstância contemporânea – impregnada, com destaque, pela "revolução" das comunicações, "crise" da política,

neoliberalismo, desafios da democracia, (re)semanatização do conceito de poder – parece ser o ambiente apropriado para redimensionar o enlace comunicação e política, enfatizar sua sintonia fina com a atualidade, e desvelar as novidades inscritas em uma relação, afinal, tão antiga.

A atitude de repensar as conexões entre comunicação e política deve reconhecer como seu ponto de partida necessário a imanência destas interações. Afirmar a relação como sempre existente significa apreender sua constituição como inerente ao surgimento da comunicação e da política. Ou seja, como algo intrínseco à própria sociedade. Entretanto, para tornar mais circunscrito o momento inaugural desta relação, melhor situá-lo na Grécia clássica. Nela, mais precisamente em Atenas, no século 5 a.C., nascem simultaneamente, conforme muitos autores, a reflexão acerca da política, a retórica e a prática política, em um sentido rigoroso. A noção de política deriva do adjetivo *politikós*, originado de *pólis*, e se consolida na *Política*, de Aristóteles, obra que inaugura a reflexão sobre essa nova área do saber. A retórica, inventada pelos sofistas, dentre eles Górgias de Leontini, surge como técnica de convencimento pelo acionamento de procedimentos discursivos. A política nasce como prática específica de resolução da questão do (poder) político, que requisita a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo da sociedade, conforme a sutil definição e distinção de Cornelius Castoriadis entre político e política. Também Hannah Arendt e Norberto Bobbio poderiam ser facilmente evocados para afirmar a “dignidade da política” e a origem grega do entrelaçamento entre política e comunicação, pois a comunicação, nesta circunstância, torna-se momento necessário da resolução política da questão do poder político, não

mais adstrito ao regime da violência e ao registro de alguma autoridade inquestionável.

Não seria pertinente aqui tentar descrever em detalhes a persistência histórica desse enlace. Apenas cabe anotar o tipo específico de relacionamento que predominou e caracterizou quase sempre a interação: a instrumentalidade. Ou seja, a comunicação sempre foi percebida e utilizada como mero instrumento do campo político. Nesta perspectiva, tanto os jornais que proliferaram em torno da Revolução Francesa e de suas lideranças, quanto os pasquins políticos do século 19 no Brasil, por exemplo, atuavam como meros amplificadores das opiniões e idéias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que garantia a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da (dinâmica) política e somente nessa operação (instrumentalizada) podem ser analiticamente elucidadas.

Uma primeira sugestão deste livro diz respeito à superação parcimoniosa deste tipo específico de relação com o advento de uma nova circunstância social no mundo contemporâneo. Esta nova sociabilidade impede uma apreensão simples e meramente instrumental, ao fazer incidir sobre a relação um conjunto de mutações significantes, que redefinem os termos balizadores da interação.

Outra vez torna-se necessário retornar à política. A inauguração grega da política, como modo de resolução específica do poder político, apresentou acentuadas limitações. O caráter excludente desta “democracia” – escravos, estrangeiros e mulheres não podiam ser cidadãos, condição restrita aos homens livres nascidos na Cidade-Estado – manteve a imensa maioria da população excluída da prática da política e submetida à violência, que, em última instância, garantia tal exclusão social. A rigor,

todo o quadro político pré-moderno caracteriza-se por essa exclusão e pelo predomínio da violência na resolução das questões relativas ao poder político, além da característica ausência de especificidade das instituições e práticas relativas ao poder político que se apresentavam entremeadas com as práticas e as instituições oriundas da religião, da economia, etc.

A modernidade promove profundas transformações na configuração da política. A conformação de uma esfera política (Max Weber) ou de um campo político (Pierre Bourdieu), autonomizado na modernidade, possibilita a emergência de instituições e rituais especificamente políticos, tais como o Estado-nação, o parlamento, os partidos, as eleições, além de permitir também a profissionalização do político, a constituição de uma simbólica e de uma axiologia próprias para o campo político. A secularização, desencantamento do mundo (Max Weber) e da política, permite a emergência de um legitimidade eminentemente política, viabilizada pela ideia de representatividade, de centralidade indiscutível para a política moderna. Em lugar do direito divino dos reis, por exemplo, a legitimidade viria agora da opinião pública, à qual pressunivelmente os representantes teriam obrigação de representar.

O caráter excludente também foi sendo superado, pelo menos em um plano formal, legal. O predomínio do liberalismo político no momento inicial da modernidade instalou formalmente os direitos individuais ou civis, mas o liberalismo aparece contraposto ao pensamento democrático, pois só reconhece, nesse instante, os proprietários como cidadãos, delineando uma "democracia de elites". As lutas dos trabalhadores e de outros segmentos (setores médios, mulheres, negros, homossexuais, etc.) conquistam outra política como possibilidade. O súffragio universal, a liberdade de organização associativa e partidária, alicerce da so-

riedade civil, derivam em descendência quase direta das lutas do movimento cartista inglês, do embrionário movimento sindical na Europa e nos Estados Unidos do século 19, da atuação dos trabalhadores na estruturação dos partidos social-democratas e socialistas (primeiros partidos políticos no sentido moderno, como estruturas permanentes, conforme observá o cientista político italiano Umberto Cerroni), da atuação visando a emancipação feminina e de inúmeras lutas travadas pelos setores oprimidos e pelas "minorias" na sociedade capitalista. A possibilidade de ampliação da política e da democracia não foi dádiva das classes dominantes. Em verdade, resultou dessas imensas lutas, que não podem, nem devem ser esquecidas. Elas representaram conquistas duramente arrancadas às classes dominantes.

A consagração dos direitos sociais – resultantes destas lutas –, a extensão mais efetiva dos direitos individuais e, mais recentemente, a invenção dos direitos culturais e ambientais, tornam possível configurar uma nova política. O século 20 possibilita a realização – não apenas formal, mas real – da socialização da política e a inauguração da democracia ampliada de massas, ainda que limitadas pela presença das desigualdades e determinações capitalistas.

A extensão da atividade política, apesar de inúmeras vezes formal, e principalmente a perspicácia de certos olhares contemporâneos, fizeram emergir a compreensão, característica dos tempos atuais, de que as relações de poder permeiam e permeiam toda a sociabilidade, mesmo espaços antes insuspeitos, porque inerentes às relações sociais e humanas mais íntimas. Este alargamento da política terminou por reunir, ao seu tradicional *locus* social de atividade referida ao Estado, um aglomerado de novas situações e relacionamentos: homem-mulher, ser humano-natu-

reza, ser humano-corpo, relações raciais, etc. Tal alargamento tornou mais complexo o campo político e por certo criou desconfortos adicionais ao espaço convencional e instituído, no qual a política tradicionalmente foi exercida e ainda se desenvolve.

A ampliação da participação (formal ou real) e o alargamento do horizonte temático potencializaram o caráter público da política. Ainda que existam zonas de segredo e sigilo como momentos legítimos da política, ela, na modernidade, viu acrescida sua dimensão publicizada, pois precisa atingir públicos amplos e tratar de temas mais vastos. O periódico rito das eleições, nesta perspectiva, torna-se exemplar: ainda que antecedida por inúmeros acordos partidários e entre candidaturas, muitos deles sigilosos e inúmeros também legítimos, a eleição caracteriza-se por ser um grande fórum público de disputa do poder, quando competitiva.

Tal caráter majoritariamente público da política moderna e também da contemporânea redefine as relações entre coerção e convencimento. O uso da violência torna-se potencialmente limitado, porque monopólio do Estado, conforme Max Weber, e submetido a requisitos e restrições legais, ainda que muitas vezes, recorra-se a sua utilização, de modo legítimo ou não, em momentos de crise. O recurso à disputa pela hegemonia, intelectual e moral, neste contexto, reconfigurado pela modernidade, torna-se predominante.

As relações de poder, iminentes às relações sociais, podem ser realizadas como força material (violência, coerção) e como força simbólica (convencimento, coesão). O processo civilizatório, por diversas razões e talvez por um ajuste de contas com a nossa origem animal, vem tentando historicamente afirmar o convencimento e coesão sobre a violência e coerção como procedimento (mais) legítimo. O predomínio da hegemonia intelectual e moral

(convencimento e coesão) na realização das relações de poder, no entanto, não pode excluir a utilização da violência e da coerção, até porque legítima e legaliza seu uso em determinadas circunstâncias. Tampouco funciona ou se fundamenta em mero jogo de idéias conforme quer fazer certa idealização racionalista. Ao contrário, a hegemonia intelectual e moral supõe sempre e simultaneamente argumentos, emoções, sentimentos, preconceitos, interesses, etc., todos eles indissociáveis e inerentes ao relacionamento social e humano. A hegemonia intelectual e moral opera neste nível de pregnância e complexidade, emaranhando consciente e inconsciente.

A política moderna, e a contemporânea, caracteriza-se, em resumo, enquanto possibilidade, como inclusão formal ou real, ampliação potencial de participação, alargamento temático, caráter majoritariamente público e predominância de realização sob a forma de disputa de hegemonia. Tais componentes inscrevem como possibilidades históricas a socialização real da política, a desconcentração do poder e, enfim, a realização de uma radical, ampliada e efetiva democracia em toda a sociedade.

O possível, inscrito no jogo da contemporaneidade, entretanto, não se realizou até o momento. O chamado socialismo real, hoje felizmente em destroços, ao identificar socialização da economia com estatização, e socialismo com concentração da política no âmbito restrito do Estado-partido – porque confundidos –, impediu a efetiva socialização e democratização dos países socialistas e, queira-se ou não, abalou profundamente a sua utopia e, por consequência, o engendramento das possibilidades contidas, em potência, nas configurações modernas e contemporâneas da política.

No mundo capitalista, inúmeros movimentos iminentes e antidemocráticos se desenvolvem impedindo o possível de se rea-

lizar. Essas verdadeiras contratendências originam-se no próprio seio do capitalismo contemporâneo e contradizem as tendências anteriormente indicadas, criando tensões e conflitos característicos da atualidade. A concentração/centralização econômica acelera-se mais ainda no capitalismo tardio, com a globalização e a acelerada formação de gigantescas fusões e conglomerados transnacionais. Estes, com seu crescente poderio, sobrepõem-se e entram em conflito com as regras de competição em mercado e com os Estados nacionais. Tornam-se, desse modo, pólos gravitacionais de intensa aglutinação e de imenso controle de poder na sociedade atual. O poder econômico, constituído desta e de outras maneiras, atua através de inúmeros mecanismos, que vão de procedimentos legais – cooptação, por exemplo – até a mais pura corrupção.

A reorganização do trabalho propiciada pelas contemporâneas sociotecnologias e modalidades de divisão do trabalho também afetam profundamente a política, uma vez que reconfiguram as comunidades humanas e seus laços.

O processo de racionalização das relações humanas e a simultânea amplitude da burocracia, percebidos por Max Weber, instituem sombrias zonas de mediação social. Áreas destinadas, em princípio, de visibilidade social e propícias, portanto, ao jogo do segredo e da concentração de poder na burocracia estatal e empresarial. A recorrente privatização do Estado, do debate e das decisões acerca de temas públicos mediante o recurso aos especialistas (tecnoburocratas), aneladas por autores como Oscar Landi e Marlina Chau, emerge como mais um exemplo desse jogo realizado em campo adversário na sociedade administrada (Horkheimer e Adorno). O poder econômico e o poder burocrático funcionam assim como pólos concorrentes que, na contemporaneidade, subtraem poder da atividade política e se colocam (ain-

da?) fora da esfera de influência das regras emanadas democraticamente na sociedade.

A própria atividade política submerge aos encantos do poder econômico e da burocratização. Bourdieu, ao analisar o campo político, assinala que essa atividade exercida por especialistas – profissionais da política – tem concentrado o capital político nas mãos de um grupo restrito e selecionado de pessoas. Com isso, a política passa a ser encarada como algo restrito aos “políticos” (profissionalizados) e não como atividade pertinente a todos os cidadãos, abrindo um fosso entre a política institucionalizada e uma participação política mais ampliada. A contraposição e as tensões com as possibilidades antes anotadas evidenciam-se.

De modo similar, as alterações da sociabilidade que continuam com a tradicional configuração do espaço público e a constituição de novas dimensões públicas contemporâneas, inclusive e principalmente aquela potente engendrada pelas mídias, também provocam choques e tensões com aquelas tendências, solicitando novos requisitos e modalidades de funcionamento da política. A confusão e até, por vezes, a indistinção realizada na comunicação midiática entre vida pública e vivência privada aparecem com um desses locais de tensão. A ilusão de imediatéz alimentada pela mídia, através de inúmeras estratégias de negação de seu trabalho de mediação, pode sugerir que haja uma relação direta com os atores políticos, ativos ou passivos, no sentido de uma relação pretensamente direta com eles, sem nenhuma mediação institucional, seja de partidos, de entidades da sociedade civil ou do Estado. Nesse caso, a mídia funcionaria com possível partido eletrônico. A intensa presença de imagens visuais e sociais, possibilitadas pela mídia, também pode ser lembrada, dentre inúmeras outras possíveis, em um elenco de alterações sociais e

comunicacionais que contradiziam as tendências anteriores e exigem novas reconfigurações.

Do confronto entre os fluxos e contrafluxos anotados e de sua inserção em uma nova circunstância sociária e comunicacional, com novas possibilidades e tensões, constitui-se a "crise" atual da política. Ela se caracteriza pelo bloqueio de muitas daquelas potencialidades, pelo desvio de outras e pelo esgotamento de instituições, práticas e valores, mas também pela emergência de novas configurações da política, muitas delas ainda em amadurecimento e, por conseguinte, de dificultosa percepção nesse instante em que vivemos. No âmbito dessa "crise", forja-se a distinção entre as conformações modernas e contemporâneas da política.

COMUNICAÇÃO E (IDADE) MÍDIA

Após esta visitação rápida ao campo da política, um retorno à comunicação e suas mutações se faz necessário. Pelo menos, quatro novas modalidades de pensamento teórico acerca da comunicação aparecem como essenciais nesta trajetória. Sem uma preocupação com algum ordenamento cronológico ou alguma hierarquia de sentido, tais perspectivas podem ser enumeradas a seguir.

A primeira delas: a formulação da comunicação como midiaticizada. Isto é, como mediada necessariamente por um aparato sociotecnológico que requer uma peculiar organização e uma tecnologia determinada, implicando a fixação do lugar do falante e do ouvinte, a formatação das "massas" em patamar singularmente comunicacional e a existência de um trabalho coletivizado e especializado, portanto, de uma modalidade bastante distinta da comunicação interpessoal, de sua natural "espontaneidade" e "intercambiabilidade". Em verdade, a emergência da comunicação

mediatizada a partir de meados no século 19 inaugura toda uma nova e distinta problemática na área da comunicação.

Uma segunda vertente acolhe a constatação fundamental de que essa produção de bens simbólicos se realiza submetida a uma lógica de "indústria cultural" e não a uma dinâmica propriamente cultural. Ou seja, conforme desvela, de modo contundente, a teoria crítica, elaborada pela Escola de Frankfurt, a produção da cultura agora encontra-se subsumida ao capital, enquanto mercadoria, trabalhada no âmbito de uma cultura midiaticizada inserida no capitalismo em sua etapa tardia.

Um terceiro viés baliza a proposição da comunicação como novo campo social autonomizado, que implica – em uma interpretação heterodoxa das teses de Pierre Bourdieu e Adriano Duarte Rodrigues – reter a pertença a um conjunto composto de instituições especializadas, de papéis sociais determinados (profissões), de interesses, simbólica, axiologia e princípio de legitimidade próprios, que disputam posições, mas compartilham afinidades e valores comuns, os quais dão forma e cimentam o campo social. Assim, pode-se falar agora em um campo da comunicação ou da mídia.

Uma recente tradição, a quarta a ser aqui reivindicada: a assimilação teórica da comunicação como rede. Como teia de fluxos e nós, como trama complexa de percursos e entrecruzamentos que entrelaça comunicação e contemporaneidade. Essa trilha pode ser percorrida por intermédio dos estudos de autores como Manuel Castells, Milton Santos e Eugênio Trivinho, para citar apenas alguns.

Em suma, a comunicação – associada às conformações e possibilidades de mídia, lógica capitalista, campo social e rede – (re)constitui-se como mônada gravitacional específica, como esfera

de poder especializado que se defronta com outros poderes e, dentre eles, a política, resignificando não apenas essas relações, mas a própria e singular circunstância societária.

Um dos desafios mais essenciais para pensar a comunicação na atualidade, sem dúvida, diz respeito à rigorosa compreensão do lugar ocupado pela comunicação, especialmente em sua versão midiática, no mundo contemporâneo. O imprescindível tema da incidência da comunicação na sociabilidade e das modalidades de sua conexão com a contemporaneidade tem mobilizado um plural e dissonante núcleo de pensadores da atualidade, pertencentes ou não à área de estudos das teorias da comunicação. Não parece ser mera coincidência a recorrência a expressões como: "aldeia global" (McLuhan), "era da informação" ou "sociedade-rede" (Manuel Castells), "sociedade informática" (Adam Schaff), "sociedade da informação" (David Lyon, Krishan Kumar, dentre outros), "sociedade conquistada pela comunicação" (Bernard Miège), "sociedade da comunicação" ou "sociedade dos Mass Media" (Gianni Vattimo), "sociedade da informação ou da comunicação" (Ismar de Oliveira Soares), "sociedade Media-Centric" (Venício Arhur de Lima), "capitalismo de informação" (Fredric Jameson) e "planeta mídia" (Dênis de Moraes). Todas essas denominações, entre muitas outras possíveis, têm sido insistentemente evocadas para dizer o contemporâneo. Para além das nomeações, o persistente trabalho de fazer e desfazer as articulações entre a atualidade, a situação presente do capitalismo, o mal-estar da modernidade e o ambiente comunicacional, tem animado sistematicamente uma pleiade de autores, bastante díspares, sejam eles modernos, pós-modernos ou neomodernos; integrados ou críticos, para recorrer a distinções já arcaicas.

Apesar dessa diversidade de concepções teóricas e ideoló-

gicas, um dado comum aparece como fundamental para a investigação e para este novo enquadramento dos estudos: o lugar destacado da comunicação para pensar a circunstância societária contemporânea. Indo adiante nessa trajetória, pode-se propor que se compreenda a contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira "Idade Mídia", em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos.

Toma-se preciso, sem mais, uma rápida digressão acerca do caráter estruturante da comunicação, especialmente em sua versão midiática, na sociedade contemporânea. Uma primeira incursão pode ser tecida em uma interlocução crítica com o marxismo, pois esta corrente de pensamento tem, em geral, insistido no lugar "supraestrutural" da comunicação, quase sempre assimilada, nessa tradição de pensamento, por noções como ideologia, aparelhos ideológicos (Gramsci), aparelhos ideológicos de estado (Althusser), etc. Essa inscrição "superestrutural", ainda que condicione o social, supõe sempre uma determinação, "em última instância", da infra-estrutura, conformada pela conjunção entre forças produtivas e relações de produção, em termos marxistas.

Cabe assinalar, sem pretensão de trilhar uma ordem lógica, algumas das interfaces que buscam articular na atualidade comunicação e infra-estrutura econômica a partir de olhares teóricos diversificados, inclusive nem sempre compatíveis. Tais perspectivas, não necessariamente assumidas neste trabalho, demonstram em sua pluralidade um encaixe cada vez mais vigoroso entre mídia e economia. A convergência entre comunicação, telecomunicações e informática aparece entre os setores econômicos mais dinâmicos do capitalismo na atualidade. A comunicação midiática e sua correlata cultura midiaticizada têm sido lembradas, por mu-

tos autores, como uma das indústrias capitalistas mais significativas e em maior expansão no mundo contemporâneo (Mike Featherstone e Wilson Dizard Jr., por exemplo). Passando da produção ao consumo, inúmeros estudiosos têm destacado a associação essencial da mídia com o desenvolvimento capitalista (a exemplo de Herbert Schiller) e sua difusão, forjando uma sociedade de consumo. Jean Baudrillard, em seus primeiros e interessantes trabalhos, ao analisar a economia política do signo e a sociedade de consumo, desenvolve suas noções de valor signo e valor símbolo como novas figuras a serem incorporadas ao entendimento da reprodução do capitalismo avançado. A repercussão da comunicação e cultura midiáticas pode ser apontada, em um sentido mais amplo, como incidindo sobre o novo modo (capitalista) de vida ou ensejando os atualíssimos processos de globalização econômica, através de redes-suportes dos fluxos das informações financeiras e dos capitais, fadoras da velocidade e dos mercados planetarizados (Manuel Castells). Por fim, pode-se referir à mídia, através da publicidade, como viabilizadora da concorrência capitalista em sua modalidade anual. A lembrança desses momentos de interação entre capitalismo e comunicação, obviamente, faz recordar apenas alguns tópicos possíveis, mas, sem dúvida, sugere a superação de uma concepção apenas "supraestrutural" da comunicação.

Deter e aprofundar a reflexão no último dos aspectos elencados pode ser elucidativo da virada imprescindível a ser efetuada pelos estudos que visam compreender hoje as relações, não só entre comunicação e economia, como também, por extensão, entre comunicação e sociedade. Indispensável considerar a passagem de uma concorrência capitalista baseada em preços, que realizava a transformação do produto em mercadoria pela via apenas do mercado, para um novo padrão de concorrência predominante

na fase monopolista do capitalismo, detectada por Paul Baran e Paul Sweezy, na qual as marcas governam a concorrência, substituindo aquela baseada nos preços. Tal transmutação, fundamental para a configuração de uma "obsolescência planejada", de uma "sociedade de consumo" e do capitalismo tardio, introduz a comunicação, através especialmente de sua modalidade publicitária, no cume da dinâmica de reprodução do próprio capitalismo. Agora, em tempos neoliberais de endeusamento do mercado, paradoxalmente torna-se impossível a metamorfose do produto em mercadoria somente recorrendo ao mercado, em sua aceção clássica de um capitalismo concorrencial. A publicidade e a marca — com seu poder como assinala J. B. Pinho — adquirem o *status* essencial de viabilizadores dessa metamorfose, componentes iminentes ao mercado no capitalismo tardio. Pode-se afirmar, sem medo de errar, que sem publicidade e marca, portanto sem comunicação, em situações normais de vida capitalista, um produto não pode ser transformado em mercadoria. Por consequência, a realização do valor e a própria reprodução capitalista encontram-se comprometidas em um patamar comunicacional.

Aceitar estas análises, mesmo parcialmente, implica uma revisão radical do lugar atribuído à comunicação na sua inserção na sociedade. Ao invés da antiga localização "supraestrutural" — recorrente inclusive em autores não-marxistas —, a comunicação e sua derivada cultura midiática passam a ocupar também um estatuto, para continuar com metáforas marxistas, de componente "infra-estrutural", porque imprescindível à realização e reprodução (inclusive econômica) do capitalismo.

Antes disto, Theodor Adorno e Max Horkheimer já tinham detectado a subsumção da produção da cultura a uma dinâmica de produção eminentemente capitalista através da formulação do con-

ceito de indústria cultural. Este conceito, muitas vezes tão mal compreendido, em seu cerne, denuncia a preponderância da lógica da mercadoria ("indústria") e a conseqüente subordinação a ela da lógica especificamente cultural, configurando assim uma produção (capitalista) de bens simbólicos. Isto é, aponta para a expansão do capitalismo como modo de produção, agora não mais limitado a produzir bens materiais, como acontecia desde o século 17, mas também incorporando setores cada vez mais significativos de bens simbólicos, desde o século 19 e, em especial, no século 20. Ainda que em meio a diversas peculiaridades, o capitalismo torna-se também o modo de produção de bens simbólicos.

Desse modo, mesmo nas fronteiras de uma análise marxista, parece impossível não refocalizar atualmente a comunicação e assumi-la como estruturante de uma sociedade contemporânea organizada em moldes de capitalismo tardio. Aliás, Manuel Castells, Fredric Jameson, e outros autores, consideram que se vive hoje uma terceira fase do capitalismo. Nela, a informação se transforma na mercadoria mais valiosa.

A noção de infra-estrutura, abandonando seu significado marxista e sua metáfora dual, pode também assumir o sentido de base material da sociedade e, nesta acepção, ser igualmente reivindicada como pertinente à mídia. Para isso, basta conectar a mídia ao universo das redes. Já foi assimilado que elas dão o suporte imprescindível para o trânsito globalizado do capital, até mesmo em sua forma mais veloz, volátil e voraz de capital financeiro. Indo adiante dessa dimensão meramente financeira, pode-se propor uma presença mais abrangente da mídia, conformada como rede, como infra-estrutura de comunicação que torna possível a nova circunstância societária, pois a articula e a molda como uma totalidade.

Efetivamente, as redes aparecem como uma das mais significativas marcas da contemporaneidade. Só com a consumação do sonho espacial, com a possibilidade de satélites artificiais estacionários de telecomunicações nos anos 60, as redes, em seu desenho, substância, e características atuais, se fazem viáveis. Televisão, na década de 60, e telemática, nos anos 70, eis a idade das redes. Milton Santos, em *A natureza do espaço*, nomeia três momentos diferenciados das redes: o pré-mecânico, o mecânico intermediário, e o técnico-científico-informacional. Entretanto, para apreender a novidade das redes atuais, cabe distingui-las de suas analogias pretéritas. No passado, a malha ou circuito, por diferenciação à rede, pressupunha sempre território, materialidades (coisas, objetos, etc.) e, por conseguinte, empecilhos. A rede, em sua singularidade contemporânea, deseja aboir os obstáculos, desterritorializando e desmaterializando. Sua fluidez, volatilidade e dinamicidade não se ancoram em territórios. Sua quase imaterialidade e invisibilidade buscam garantir velocidade e instantaneidade. A supressão do espaço e do tempo afirma-se como constitutiva das redes, é sua novidade essencial, como assinala Eugênio Trivinho em *Redes. Obliterações do fim do século*.

Apesar de a palavra rede ter, conforme Daniel Parocheia, em *Philosophie des Réseaux*, origem latina (*reticulus*, diminutivo de *retus*), sendo retomada na França no século 12 (*resseau de rével*), parece ser a contemporaneidade sua morada por excelência. Manuel Castells, em sua admirável trilogia – *The Information Age: Economy, Society and Culture* –, fala de uma era de capitalismo de redes, da transformação qualitativa da experiência humana ocasionada pela sociedade-rede e afirma que as redes constituem mesmo a "morfologia social de nossas sociedades", afetando a economia, o poder, a cultura e a experiência na atualidade.

Relocalizada a comunicação midiática como um dos fatores estruturantes mais marcantes da sociabilidade contemporânea, um segundo movimento se anuncia como necessário: afirmar o caráter essencialmente expressivo dessa infra-estrutura, que produz, de modo incessante, sentidos, tornados manifestos e publicizados. A onipresença tentacular dessa infra-estrutura de comunicação e sua imanente exposição através da permanente fabricação e mediação de sentidos pela mídia constituem a singular ambiência da contemporaneidade. Cabe, então, construir parâmetros que busquem elucidar a comunicação como ambiente, como tessitura onipresente que acolhe e envolve o ser e o estar no mundo na atualidade, como uma quase e segunda "natureza" que trança a sociabilidade contemporânea.

Porém antes de propor parâmetros consistentes para pensar a mídia como ambiente da atualidade, cabe distinguir esta concepção daquela aceção aproximada, utilizada por Walter Lippmann em seu lendário livro *Public Opinion*, editado em 1922. Lippmann define as representações emanadas da comunicação como sendo pseudo-ambientes que se interpoem entre o homem e seu ambiente (verdadeiro). Mais do que essa constatação, interessavam a Lippmann as repercussões da existência social do pseudo-ambiente, pois, conforme este autor, elas "operavam, não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no verdadeiro ambiente". A idéia de ambiência aqui reivindicada não se restringe à esfera dos conteúdos ou mesmo das representações, nem pode ser compreendida como mero falseamento (de conteúdos e representações). Pelo contrário, afirma-se que a comunicação, como ambiente efetivo, apresenta-se como uma espécie de nova "camada geo-teco-social", apropriando-se da noção de Milton Santos, necessária e sobreexposta, que se agrega às camadas — natural e

sociocultural — do ambiente existente na sociabilidade precedente.

Para definir a sociedade como estruturada e ambientada pela comunicação, podem ser enumerados, sem um ordenamento hierárquico, alguns requisitos, que, em situações dadas, devem servir como indicadores acerca da pertinência e da sintonia dessa nomeação a uma determinada sociedade. Tais variáveis devem ser consideradas, constataadas e mesmo mensuradas, para tornar possível a caracterização de uma sociabilidade como Idade Mídia. As variáveis propostas podem ser sinteticamente enumeradas nos seguintes tópicos: 1. Expansão quantitativa da comunicação, principalmente em sua modalidade midiaticizada, na sociedade estudada, facilmente constatada através de dados sobre números dos meios disponíveis, tais como: quantidade das tiragens e audiências, quantidade e dimensão de redes em operação, etc.; 2. Diversidade e novidade das modalidades de mídias presentes no espectro societário, observadas através da complexidade da "ecologia da comunicação" (Abraham Moles), das modalidades diferenciadas de mídias existentes, e da história recente de sua proliferação e diversificação; 3. Papel desempenhado pela comunicação midiaticizada como modo (crescente e até majoritário) de experimentar e conhecer a vida, a realidade, e o mundo, retido através de dispositivos e procedimentos, qualitativos e quantitativos, a exemplo do número de horas que os meios ocupam no cotidiano das pessoas; 4. Presença e abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural, o qual organiza e difunde socialmente comportamentos, percepções, sentimentos, ideários, valores, etc.; dominância e sobrepunimento da cultura midiaticizada sobre os outros circuitos culturais existentes, a exemplo do escolar-universitário, do popular, etc.; 5. Ressonâncias sociais da comunicação midiaticizada sobre a produção da significação (intelectiva) e da sensibilidade

(afetiva), sociais e individuais; 6. Prevalência da mídia como esfera de publicização (hegemônica) na sociabilidade estudada, dentre os diferenciados "espaços públicos" socialmente existentes, articulados e concorrentes. Tal prevalência pode ser constatada através de estudos acerca das modalidades de publicização e suas eficácias; 7. Mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes midiáticas, na perspectiva de forjar um vida planetária e em tempo real; 8. Aumento com os gastos com o item comunicações no orçamento doméstico (de famílias ou indivíduos); 9. Crescimento vertiginoso dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos; e 10. Ampliação (percentual) dos trabalhadores da informação e da produção simbólica no conjunto da população economicamente ativa.

Enfim, todas essas variáveis – e certamente outras possíveis de elaborar –, operando em uma dinâmica certamente desigual e combinada, devem tornar precisa a delimitação rigorosa das fronteiras de uma nova circunstância societária, a sociedade estruturada e ambientada pela mídia. Mais que isto, o elenco de todas essas facetas, transtornadas pela mídia, deve confirmar e permitir a mensuração e a gradação desse ambiente transbordante de comunicação, que tece e envolve o estar no mundo no espaço/tempo presente, além de apontar as possibilidades de aprofundamento em radicalidade dessa teia midiática no futuro próximo.

As nomeações citadas, a sugestão do caráter e requisitos indicados buscam dar consistência e concretude ao entendimento da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela mídia. Tal compreensão não dispensa, ao contrário, exige uma atenção para com suas marcas e constrangimentos capitalistas e iluministas, apesar da crise de muitos de seus valores e predições. A combinatoria desse conjunto complexo de marcas essenciais

aparece como indispensável para desvelar a contemporaneidade.

A incidência da comunicação não apenas estrutura e ambienta a nossa singular contemporaneidade. Ela afeta em profundidade a configuração da sociabilidade atual, pois ela se vê como posta e perpassada por "marcas" fabricadas pela mídia, tais como o espaço eletrônico, a televivência e globalização. O espaço eletrônico, engendrado pela revolução das comunicações em rede, emerge como registro quase desmaterializado, como espaço sem território, mas que permite virtualizações e atualizações contínuas, adotada a dinâmica proposta por Pierre Lévy. A televivência, viabilizada pela mídia, pode ser definida como uma vivência à distância, descolada do lugar e desprendida da presença; como capacidade de vivenciar um ausente, tornado presente, em tempo real, através de signos. A globalização, ensejada pela comunicação midiática, caracteriza-se pela cotidiana disponibilização de um fluxo de signos e sentidos provenientes de uma extração global e não apenas de um local contíguo, como anteriormente.

Mas tais traços midiáticos se realizam em uma determinada circunstância societária conformada já por outros estoques e fluxos, oriundos de outros momentos da sua história. A conjugação desses "marcas" introduzidas pela mídia e desses estoques e fluxos anteriormente disponíveis produz um entrelaçamento, que varia entre a complementação e o conflito, e singulariza a contemporaneidade. Ela resulta assim em um sincretismo, para utilizar um termo reasumido por Massimo Canavacci, potencial e sempre tenso, consubstanciado por, pelo menos, três constelações.

A primeira delas se refere ao entrelaçamento que se constata no dia-a-dia entre os espaços geográficos – que foram alargados através das navegações marítimas e da revolução dos transportes e, simultaneamente, concentrados mediante a revitalização

dos territórios urbanos acontecida na modernidade – e espaços eletrônicos, constituídos pelas mídias em rede, expandidos e atualizados pelas “navegações virtuais”. Uma segunda constelação deriva da permeação cotidiana, da *bricolage* entre convivência, que pressupõe sempre presença e lugar, e telelivência, uma vivência instantânea à distância, propiciada pela mídia em rede. Uma última e terceira constelação, denre as muitas possíveis de observar: a hibridação, termo tomado de empréstimo a Nestor Garcia Canclini, entre fluxos culturais – materiais ou simbólicos – oriundos do local, entendido com um lugar investido de uma plêiade de sentidos, e outros fluxos provenientes de registros globalizados.

Esta convergência tem sido apreendida pela sugestiva e tensa noção de glocalidade. G. Benko usou o termo em 1990. O neologismo “glocalize” figura desde 1991 no *Oxford Dictionary of New Words*. Armand e Michèle Maletart atribuem o uso inicial da noção aos teóricos de administração japoneses que concebem estruturação para o mercado mundializado como simultaneamente local e léguas para o mercado mundializado como simultaneamente local e global. Canevacci, num horizonte cultural, imagina que “a palavra nova, fruto de reciprocas contaminações entre o global e o local, foi forjada justamente na tentativa de captar a complexidade dos processos atuais”. Sua reflexão sobre o glocal, expressiva contração de global e local, retém linhas de força do contemporâneo, como observava em *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*:

Assumimos a hipótese de que, antes de incolor homologação, a fase atual desenvolve uma forte tensão, descentrada e conflitual entre globalização e localização: ou seja, entre processos de unificação cultural – um conjunto serial de fluxos universalizantes – e pressões antropofágicas “periféricas” que descontextualizam, remastigam, re-geram. (Canevacci, 1996: 23)

Tais convergências, sempre tensas, cabe insistir, forjam esta peculiar circunstância social, denominada sociabilidade contemporânea. Ela implica também redefinições espaciais e temporais relevantes, pois a atualidade se plasma como espaço planetário em tempo real. Esta nova realidade-mundo tem como pressupostos, além de sua macro-inscrição capitalista e iluminista, o desenvolvimento das redes midiáticas e também de dispositivos sociotecnológicos, tais como a desmaterialização e a miniaturização, denre outros.

Todavia, para compreender a sociedade estruturada e ambientada pela mídia em toda sua plenitude, inscrita em um novo patamar analítico, deve-se realizar não só um movimento horizontal que relenha as tensas combinatórias entre os pares: espaços geográfico e eletrônico, convivência e telelivência, local e global; mas igualmente um segundo movimento, agora vertical, que – ao agregar espaço geográfico, local, convivência como realidade cófuga, em uma constelação; e espaço eletrônico, global, telelivência como telerrealidade, em outra – desnude, de modo cristalino, as dimensões que compõem a atualidade e o caráter imaneamente complexo da sociabilidade contemporânea.

Paul Virílio, para além de sua preocupação com as velocidades, percebeu de modo tênue este caráter compósito da atualidade, não sem introduzir uma gradação de real e realidade, por certo, complicada. Eis a passagem tomada de *O espaço crítico*:

O desequilíbrio crescente entre a informação direta e a informação indireta, fruto do desenvolvimento de diversos meios de comunicação, tende a privilegiar indiscriminadamente toda informação midiática em detrimento da informação dos sentidos, fazendo com que o efeito de real pareça suplantat a realidade imediata. (Virílio, 1993: 18)

A mídia, ao consumir um espaço eletrônico em rede, povoado de televisões em abrangência globalizante, em verdade, constrói uma outra e nova dimensão constitutiva da sociabilidade contemporânea, a qual se sugere denominar de telerrealidade, expressão empregada em *A máquina do narciso*, por Muniz Sodré. *Tele*, para recordar sua inerente noção de distância e apontar a possibilidade do distante ser apreendido, transportado e transformado (simbolicamente) em acontecimento próximo, em algo que ganha um sentido instantâneo e passa a compor o cotidiano como momento inerente à vivência contemporânea. Realidade para lembrar que esta dimensão de sociabilidade, configurada simbolicamente por imagens, palavras, sons, deve ter sempre afirmado seu estatuto de realidade. A exigência de incluir como real a representação da realidade, como propõe Pierre Bourdieu, em *O poder simbólico*, ainda que paradoxalmente afirmando a distinção, deve permitir reconhecer, em consequência, que justamente na representação, nessa realidade simbólica, se define o real e nela se constroem as categorias que, realizando a divisão do real, permitem que se fale, veja, ouça, perceba, etc.

O conceito de telerrealidade deve servir, por conseguinte, para nomear uma nova e contemporânea dimensão de sociabilidade que se distingue e diferencia da realidade, tradicionalmente concebida como territorialidade (geográfica), localidade, proximidade, materialidade, presença e convivência. Ou seja, realidade contígua. Telerrealidade aparece como nova formatação da realidade, possibilitada agora por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não-presencialidade, (tele)vivência e tempo real.

A telerrealidade funciona como uma nova camada "geoló-

gica" que se sobrepõe e contamina a realidade contígua, plena de natureza e cultura. Com a televisão aberta em rede, surge a telerrealidade, mas sua existência ainda se caracteriza pela ocasionalidade. A televisão por assinatura e principalmente as novas tecnologias midiático-informacionais, dentre elas a Internet, contestam a telerrealidade, dotando-a de permanência. A telerrealidade transforma-se em dimensão, pública e privada, inseparável da atualidade.

A singular sociabilidade contemporânea torna-se composta porque se compõe ao estilo *bricolage*, entrelaçando, em conjunção tensa, essa camada suplementar, dimensão de origem midiática, que perpassa toda a tessitura societária e as camadas já assentadas da história da sociedade, um aglomerado dispare de práticas e instituições sociais forjadas pela modernidade, pelas tradições originárias de outras eras pré-modernas e, enfim, por toda a natureza humanizada (Gyorgy Markus).

A singularidade dessa nova circunstância societária vai incidir nas cruciais questões da realidade e da existência. Essa dupla composição "fragmenta" a realidade contemporânea em uma realidade contígua, (con)vivida no entorno por cada indivíduo, e uma realidade remota, porque não inscrita no mapa de proximidades, agora (tele)vivida planetariamente e em tempo real como telerrealidade. Em verdade, estas duas dimensões da realidade, analiticamente separadas, hoje entrelaçam-se de tal modo na vida cotidiana que são vivenciadas como realidade uma e contemporânea.

O caráter composto da realidade na contemporaneidade possui ainda outra significativa consequência, muitas vezes não percebida: ele impõe o descolamento entre a existência e o existir publicamente. Hoje, a mera existência física já não assegura um

existir social, expediente automático em uma sociabilidade de tipo comunitário, na qual as existências física e pública praticamente coincidem, pois a contiguidade do território, a exigência da presença, e as dimensões possíveis ao mundo, garantem o compartilhamento, o movimento de tornar comum coisas e pessoas, enfim, a publicização. Nesta circunstância societária existir fisicamente significa, sem mais, ter existência pública.

A situação transforma-se radicalmente na atualidade. As novas características adquiridas pela realidade-mundo, em especial o caráter composto da sociabilidade, rompem o imbricamento apresentado anteriormente e impõem novos requisitos para uma existência pública. O existir físico na realidade tangível torna-se condição necessária, mas não suficiente para garantir uma existência publicizada. Esta requer que ao existir físico seja agregada uma outra existência, agora vivida na telerrealidade. Sem essa publicização possibilitada pela telerrealidade, a existência social não está garantida. A existência publicamente compartilhada passa a ser, ela mesma, composta e problemática, verdadeiro campo de luta de poder.

A postura assumida não tem, até aqui, nenhuma perspectiva normativa. Pelo contrário, tenta-se ater a uma descrição das novas condições de sociabilidade. Não se valoriza a telerrealidade, essa dimensão pública midiática, nem positivamente, por alguma capacidade imaneente, seja ela libertadora, emancipadora, democratizante, instauradora de potencialidades humanas; nem negativamente, pelo depreciação de suas possibilidades, pela atribuição de características de controle, repressão, regressão, manipulação, falseamento.

Ao buscar compreender a nova circunstância social, a posição aqui assumida afasta-se deliberadamente de posicionamen-

tos predeterminados que destituem o novo de seu enigma, de sua abertura e indefinição inicial, de sua feição por tudo isso problemática. E que, ao contínuo, o prefiguram valorativamente, de modo positivo ou negativo, tanto faz. Não cabe aqui nem a esperança hoje tão celebrada em autores, admiradores e adeptos das potencialidades das novas tecnologias informacionais, a exemplo de David Lyon, Pierre Lévy, Nicolas Negroponte; nem a rejeição prematura do novo horizonte, como acontece em pensadores, por vezes estimulantes, que desqualificam toda telerrealidade. Lembrar Guy Debord, e sua noção absorvedora de espetáculo, ou Jean Baudrillard, e seu conceito de simulacro, não parece algo despropositado neste instante de precisar trajetórias. Ambos, teoricamente próximos, contrapõem com vigor e intransigência uma dimensão "real" – isto é, a realidade confígua pensada em termos modernos – a outra, à telerrealidade, artefato artificializado, porque virtualização e atualização da tecnologia, que, por algum desígnio misterioso, corrumpo a vida, inexoravelmente expulsa do mundo do espetáculo ou da simulação. Referindo-se a esta última expressão, Oscar Landi percebeu com perspicácia em *Devorame Otra Vez*:

A noção de simulacro é útil para entender nossa época, mas com a condição de que se livre do pressuposto da existência da não simulação, que sempre vem da mão do exercício do poder por parte daquele que crer possuir a verdade. (Landi, 1992, 121)

Propõe-se que – antes de valorações, negativas ou positivas, quase sempre apressadas e superficiais – torna-se essencial buscar compreender teoricamente a complexidade da contemporaneidade, a singularidade do caráter composto da sua sociabilidade e a significativa inscrição da comunicação, particularmente

em sua versão midiática, nesta peculiar circunstância societária estruturada e ambientada pela mídia.

Nessa inscrição societária, a comunicação se resignifica. A comunicação, que perpassa todos os poros sociais, abandona definições e fronteiras nas quais se via confinada, tais como sua identificação como discurso, mensagem ou, mais singelamente, conteúdo; seu aprisionamento unilateral ao campo do significado em detrimento da possibilidade mais complexa de produtora de sentidos, intelectivos e sensíveis; sua localização redutora na superestrutura, com a decorrente assimilação à ideologia; sua contratação a uma dimensão tecnológica ou técnica, e sua caracterização de mero instrumento, através do entendimento de que seu ato de mediação, tomado por interesses próprios e regimes gramaticais específicos de funcionamento, garantem uma possibilidade, formal ou real a depender de situações concretas de campos de força, de funcionar como "ator" que ocupa um lugar de fala para dizer e fazer. Tal redefinição e demarcação das fronteiras de localização da comunicação, em sua versão midiática – desde algum tempo trabalhadas em suas teorias – apresenta-se como configuração *sine qua non* para estudar rigorosamente sua configuração e ressonâncias na Idade Mídia.

A sintonia com uma resignificação radical da comunicação e de sua conexão com a contemporaneidade não pode, de modo algum, deixar de tornar problemática essa relação e, pior, fazer retornar uma atribuição desmedida de poderes à comunicação midiática. Não se pactua com essa apressada e equivocada solução. Antes disso, pretende-se mapear as novas circunstâncias nas quais a composição entre comunicação e sociedade se realiza na atualidade. Ou seja, descritas as novas condições, caberá, com o campo de forças então conformado, analisar como se comportam

as duas esferas sociais e como se efetua seu enlace. Assim, falar em uma sociedade estruturada e ambientada pela mídia não pode significar a aceitação de uma automática supremacia da comunicação sobre a política, apenas significa que o enlace, tenso e simultaneamente complementar, entre a política e a comunicação conforma um campo de forças inscrito agora nesta peculiar circunstância societária.

Da afirmação dessa nova circunstância sociocomunicacional, decerto não podem derivar, sem mais, posturas preconcebidas e fixadas acerca da predominância do poder da comunicação sobre outros campos sociais. A dinâmica dos deslocamentos de poder entre os campos da comunicação e as outras esferas sociais, antes de ser resolvida previamente, constitui-se em objeto privilegiado de investigação. Mais que isso, como premissa deste estudo descarta-se uma dominância unilateral e persistente de cada uma dessas esferas. Afirma-se, pelo contrário, a disputa e alternância de predomínio em situações dadas, em campos de força determinados.

Esse processo de apreensão mais densa da comunicação tem possibilitado uma aproximação analítica mais requintada das relações entre este campo e os demais campos sociais. Tais estudos, sem recair em interpretações despropositadas, têm constatado que a comunicação contemporânea, mediando a sociabilidade atual, perpassa os mais variados campos que constituem a sociedade. Apenas para recordar um dos estudos que investigam essa incidência social da comunicação, pode ser citado o trabalho desenvolvido pelo francês Bernard Miège acerca da "sociedade conquistada pela comunicação", especialmente suas análises da interação entre comunicação e áreas como economia, política, educação, etc. Cabe destacar e, a partir de agora, analisar o diálogo

go realizado entre política e comunicação nesta nova circunstância societária.

Tomando em consideração o quadro analítico apresentado, pode-se agora esboçar uma das idéias que inspiram este livro. Ela pode ser formulada do seguinte modo: os enlaces entre política e comunicação, simultaneamente complementares e conflituosos, ao se (re)adequarem a nova circunstância de ambiente configurada pela mídia, possibilitam a emergência de novas possibilidades política, pois ela se vê alterada pela presença de novas possibilidades de espaços, formatos e ingredientes, bem como pela redefinição de alguns de seus antigos componentes, desenvolvidos, em especial, desde os primórdios da modernidade.

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA CONFIGURADAS

ESPACIALIZAÇÕES E FORMATAÇÕES

Para enfrentar este tópico de modo rigoroso, deve-se retomar, em dimensão sucinta, alguns dos caracteres diferenciais que singularizam a política na modernidade e a distinguem, em radicalidade, da situação anterior. Pelo menos três aspectos, interligados, devem ser forçosamente rememorados, porque essenciais para a identificação da política moderna: seu caráter formalmente não excludente, a amplitude de sua dimensão pública, e seu caráter representativo.

A primeira característica lembrada diz respeito à conquista de uma idéia de cidadania que, pelo menos formalmente, deve incluir a totalidade dos membros de uma sociedade. A divergência com os momentos políticos anteriores – mesmo com a Grécia clássica, onde se inventou a política – torna-se flagrante: agora, também os subalternos têm direito adquirido à participação política. A mera exclusão dos subalternos, que acontece nas situações antecedentes, deixa de ser possível. Por óbvio, esta radical transformação do modo de tratar o poder político, apenas comparável àquela acontecida na Grécia quando se inaugurou a política, não se fez por doação. Antes expressa uma longa e tenaz luta dos